

CONTRATO nº 048/2017.

**CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DE GOIÁS,
ATRAVÉS DA SECRETARIA DE
ESTADO DA MULHER, DO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA
IGUALDADE RACIAL, DOS
DIREITOS HUMANOS E DO
TRABALHO E DEFENSIVA F.
FREITAS SEGURANÇA LTDA.**

O **ESTADO DE GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato, representado pelo Procurador do Estado **Dr. Daniel Walner Santana Duarte**, com a interveniência da **SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA IGUALDADE RACIAL, DOS DIREITOS HUMANOS E DO TRABALHO**, inscrita no CNPJ sob nº 08.876.217/0001-71 com sede na Avenida Universitária, N.º 609, Setor Universitário, nesta Capital, doravante denominado apenas **CONTRATANTE**, representada, neste ato, pela titular da Pasta, Secretária, **Lêda Borges de Moura**, brasileira, casada, portadora do RG sob n.º 3310025/SESP-DF e CPF sob n.º 576.951806-53, com endereço profissional junto ao órgão que representa e a empresa **DEFENSIVA F. FREITAS SEGURANÇA LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 16.649.674/0001-51, com sede à Rua 09, s/n, Lote 04, Quadra 07 – Jardim Primavera – Goianápolis - GO, representada por **Fernando de Freitas Júnior**, residente e domiciliado Rua 06, Quadra 05, Lote 06 – Jardim Primavera – Goianápolis – GO, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta do Processo nº 2017.10319.000.276, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços Contínuo, que será regido pela Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93, Lei Estadual nº 17.928/12 todas devidamente

atualizadas, pelos preceitos de Direito Público, pelos princípios da Teoria Geral dos Contratos e, especialmente, pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços de natureza continuada de vigilância armada, que compreenderá o fornecimento de mão de obra, uniformes, EPIs, e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas dependências das unidades da Secretaria da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho em Goiânia/GO num total de 09 (nove) postos de 24 horas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO.

2.1 Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, Edital sob nº 030/2017, com fundamento da Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 e Lei Estadual 17.928/12, em suas versões atualizadas.

2.2 Este Contrato guarda consonância com o Termo de Referência, Nota de Empenho e demais documentos constantes do Processo sob nº 2017.10319.000.276, que, independentemente de transcrição, integram e complementam este Instrumento.

2.3 A proposta de preços da CONTRATADA é documento vinculativo, obrigacional, com as condições de compromisso para contratação, inclusive com preços, especificações técnicas e fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA.

3.1 A despesa orçamentária da execução deste contrato correrá à conta do Programa de Desembolso Financeiro sob nº 2017.3801.00.260, Dotação Orçamentária sob nº 2017.38.01.04.122.4001.4001.03, conforme Nota de Empenho sob n.º 00288, de 14 de novembro de 2017.

3.2 A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada a

Secretaria da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho do pela Lei Orçamentária Anual.

3.3 O valor empenhado para o **exercício de 2017** é de **R\$ 262.734,03** (Duzentos e sessenta e dois mil, setecentos e trinta e quatro reais e três centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

4.1 Os serviços iniciar-se-ão no primeiro dia útil após a emissão, pela Administração, de ordem de serviço.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

5.1 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, com início após a outorga do Chefe da Advocacia Setorial.

5.2 A vigência será contada da data estipulada no contrato, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado de Goiás.

5.3 O presente contrato será prorrogado, mediante Termo Aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam observados os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea e desde que autorizado formalmente pela autoridade competente, quais sejam:

5.3.1 Os serviços forem prestados regularmente;

5.3.2 A CONTRATADA não tenha sofrido qualquer punição de natureza pecuniária que tenham ultrapassado os limites previstos na tabela abaixo (as infrações e suas respectivas graduações estão definidas na tabela 3 constante da Cláusula Décima Sétima deste contrato);

GRAU DA INFRAÇÃO	QUANTIDADE DE INFRAÇÕES COMETIDAS DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
01	07 ou mais
02	06 ou mais
03	05 ou mais

04	04 ou mais
05	03 ou mais
06	02 ou mais

5.3.3 Administração mantenha interesse na realização do serviço;

5.3.4 O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

5.3.5 A CONTRATADA manifeste, expressamente, interesse na prorrogação.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ACRÉSCIMOS/SUPRESSÕES.

6.1 É facultado a CONTRATANTE o direito de fazer acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da contratação, nas mesmas condições proposta, na forma do parágrafo 1º do art. do art. 65 da Lei nº 8.666/93, observando-se o disposto no § 2º e seguintes do referido artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS VALORES

7.1 Pela execução dos serviços a CONTRATADA pagará mensalmente a CONTRATANTE o valor de **R\$: 175.156,02 (Cento e setenta e cinco mil, cento e cinquenta e seis reais e dois centavos)**, na forma abaixo discriminada:

POSTO DE LOCALIZAÇÃO	ESCALA	TURNO	DIAS DA SEMANA	Nº DE EMPREGADOS	VALOR POR EMPREGADO	QUANT. DE POSTOS	VALOR POR POSTO	VALOR MENSAL
SEDE Avenida Universitária, número 609 – Setor Universitário	12 X 36h	Diurno/ 12h	Diariamente	04	4.618,01	02	R\$ 9.236,02	R\$ 18.472,04
	12 X 36h	Noturno/ 12h	Diariamente	04	5.112,88		R\$ 10.225,76	R\$ 20.451,52
ANEXO Avenida Anhangüera, nº 3473 – Setor Universitário	12 X 36h	Diurno/1 2h	Diariamente	04	4.618,01	02	R\$ 9.236,02	R\$ 18.472,04
	12 X 36h	Noturno/ 12h	Diariamente	04	5.112,88		R\$ 10.225,76	R\$ 20.451,52
ALMOXARIFADO Rua 68, nº 698, Setor	12 X 36h	Diurno/ 12h	Diariamente	02	4.618,01	01	R\$ 9.236,02	R\$ 18.472,04

Central	12 X 36h	Noturno/ 12h	Diariamente	02	5.112,88		R\$ 10.225,76	R\$ 20.451,52
CASA DO IDOSO Avenida do Povo – Vila Mutirão	12 X 36h	Diurno/ 12h	Diariamente	02	4.618,01	01	R\$ 9.236,02	R\$ 18.472,04
	12 X 36h	Noturno/ 12h	Diariamente	02	5.112,88		R\$ 10.225,76	R\$ 20.451,52
CRPD 9ª Avenida, Setor Vila Nova	12 X 36h	Diurno/ 12h	Diariamente	02	4.618,01	01	R\$ 9.236,02	R\$ 18.472,04
	12 X 36h	Noturno/ 12h	Diariamente	02	5.112,88		R\$ 10.225,76	R\$ 20.451,52
CRCI Praça George Washington – Jardim Novo Mundo	12 X 36h	Diurno/ 12h	Diariamente	02	4.618,01	01	R\$ 9.236,02	R\$ 18.472,04
	12 X 36h	Noturno/ 12h	Diariamente	02	5.112,88		R\$ 10.225,76	R\$ 20.451,52
CREI Avenida Goiás – Setor Central	12 X 36h	Diurno/ 12h	Diariamente	02	4.618,01	01	R\$ 9.236,02	R\$ 18.472,04
	12 X 36h	Noturno/ 12h	Diariamente	02	5.112,88		R\$ 10.225,76	R\$ 20.451,52
TOTAIS				36	R\$ 68.166,22	09	R\$ 136.232,44	R\$ 175.156,02

7.2 O valor global do presente Contrato para o período de sua vigência é de R\$ **2.101.872,24 (Dois milhões, Cento e um mil, oitocentos e setenta e dois reais e vinte e quatro centavos).**

7.3 Já estão inclusos nos preços os tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, remuneração, encargos trabalhistas, previdenciárias e outros pertinentes ao objeto, seguro, lucro e demais despesas diretas e indiretas sobre eles incidentes e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Contrato.

7.4 A não previsão ou a previsão a menor de quaisquer elementos da Planilha de Custos não afasta a responsabilidade da CONTRATADA pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, nem tampouco pelo cumprimento dos termos da Convenção Coletiva de Trabalho em vigor.

CLÁUSULA OITAVA – DA REPACTUAÇÃO DO CONTRATO.

8.1 É admitida repactuação deste Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano.

8.1.1 O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de

trabalho ou equivalente que estipular o salário normativo à época da apresentação da proposta.

8.2 A CONTRATADA poderá exercer o seu direito à repactuação contratual a partir da data de homologação da convenção ou acordo coletivo que fixar novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo Contrato até a data da prorrogação contratual subsequente. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação de forma tempestiva e sem pleiteá-la, e prorrogue o Contrato sem qualquer ressalva nesse sentido ocorrerá à preclusão do direito de repactuar.

8.3 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 01 (um) ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ocorrida.

8.4 As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado em cada um dos itens da planilha a serem alterados.

8.5 A repactuação que ocorrer a partir do segundo ano de vigência do contrato terá o percentual do item “aviso prévio trabalhado” zerado, visto que esse custo é pago integralmente no primeiro ano de contrato.

8.6 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos originalmente.

8.7 O preço ajustado também poderá sofrer correção desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea “d”, do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

8.8 Quando da solicitação da repactuação, esta somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:

8.8.1 Prova de acordo, da convenção, do dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, com comprovação de seu registro no Ministério do Trabalho e Emprego;

8.8.2 Demonstração analítica de aumento ou diminuição dos custos e de sua efetiva repercussão nos preços inicialmente pactuados, vedada a inclusão de custos não previstos originalmente nas propostas;

8.8.3 Comprovação de que a proposta seja mais vantajosa para a Administração e de que os preços ofertados sejam compatíveis com os de mercado;

8.9 A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

8.10 No caso de repactuação será lavrado Apostilamento ao contrato vigente.

8.11 Os novos valores contratuais decorrentes da repactuação produzirão efeitos:

8.11.1 A partir da assinatura do Apostilamento;

8.11.2 Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras;
ou

8.11.3 Em data anterior à repactuação, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa, podendo a data estipulada no instrumento para o início dos efeitos financeiros do reajuste salarial ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

8.12 No caso do previsto no subitem 8.12.3, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.

8.13 A CONTRATANTE deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DOS LOCAIS E HORÁRIOS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

9.1 Os serviços serão executados nas instalações da Secretaria da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho, conforme distribuição abaixo:

POSTO DE LOCALIZAÇÃO	ESCALA	TURNO	DIAS DA SEMANA	QUANT. POSTOS
SEDE - Avenida Universitária, número 609 – Setor Universitário.	12 X 36h	Diurno/12h	Diariamente	02
	12 X 36h	Noturno/12h	Diariamente	
ANEXO - Avenida Anhanguera, nº 3473 – Setor Universitário.	12 X 36h	Diurno/12h	Diariamente	02
	12 X 36h	Noturno/12h	Diariamente	
ALMOXARIFADO - Rua 68, nº 698, Setor Central.	12 X 36h	Diurno/12h	Diariamente	01
	12 X 36h	Noturno/12h	Diariamente	
CASA DO IDOSO - Avenida do Povo – Vila Mutirão.	12 X 36h	Diurno/12h	Diariamente	01
	12 X 36h	Noturno/12h	Diariamente	
CRPD - 9ª Avenida, Setor Vila Nova.	12 X 36h	Diurno/12h	Diariamente	01
	12 X 36h	Noturno/12h	Diariamente	
CRCI - Praça George Washington – Jardim Novo Mundo.	12 X 36h	Diurno/12h	Diariamente	01
	12 X 36h	Noturno/12h	Diariamente	
CREI - Avenida Goiás – Setor Central.	12 X 36h	Diurno/12h	Diariamente	01
	12 X 36h	Noturno/12h	Diariamente	
TOTAL DE POSTOS DE VIGILÂNCIA ARMADA 24 HORAS				09

9.1.1 Os trabalhos serão executados 24 horas por dia, sete dias por semana, nas unidades da Secretaria da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho em Goiânia/GO.

9.2 Os serviços poderão vir a ser executados em outros imóveis que venham a ser ocupados pela CONTRATANTE em Goiânia-GO, desde que informado previamente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS.

10.1 A CONTRATADA deverá providenciar para que os profissionais indicados apresentem-se as unidades da SEMDIT trajando uniformes fornecidos às suas expensas.

DESCRIÇÃO	QUANT. DE UNIFORMES - ANUAL.
Camisa manga curta;	06
Calça;	06
Cinto;	02
Boné;	01
Par de coturnos;	02
Par de meias;	06
Jaqueta de frio;	01
Capa de chuva;	01
Crachá;	01
Capa de colete para placa balística;	01

10.1.1 Os uniformes deverão ser entregues aos funcionários, mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser entregue à CONTRATANTE (Gestor do Contrato), no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da entrega;

10.1.2 O custo do uniforme não poderá ser repassado ao ocupante do posto de trabalho;

10.1.3 A CONTRATADA não poderá exigir do funcionário o uniforme usado, quando da entrega dos novos.

10.2 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os equipamentos e materiais nas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços.

10.3 Aqueles materiais previstos para entrega no início do contrato deverão ser substituídos, em caso de necessidade, no decorrer da execução contratual.

10.4 Poderá se necessário o uso de equipamentos não incluídos na relação abaixo, devido à eventualidade com que os serviços serão efetuados. A CONTRATADA deverá possuir os meios para a disponibilização desses equipamentos.

LISTA DE EQUIPAMENTO E MATERIAIS

DESCRIÇÃO	QUANT. NECESSÁRIA POR VIGILANTE.
Revólver calibre 38	01
Munição calibre 38	01 ⁽¹⁾
Coldre universal de coxa	01
Porta Munição	01
Algema	01
Tonfa e Porta Tonfa	01
Livro de ocorrências	01
Lanterna com alimentação por bateria recarregável eletricamente;	01
Placa balística	01
Rádio de comunicação móvel e portátil	01
Apito e cordão para apito.	01
OBS.: (1) DEZ UNIDADES	

10.5 OCUPAÇÃO – VIGILANTE

1. Manter vigilância e controle a entrada e a saída de pessoas;
2. Encaminhar à recepção pessoas estranhas aos quadros da SEMDIT;
3. Prestar auxílio ao pessoal da recepção e portarias;
4. Impedir a entrada de pessoas não autorizadas;
 - 4.1 A autorização para horários fora do expediente da Administração se dará por pessoa(s) designada pela Gerência de Licitações, Suprimentos, Contratos e Convênios, através de documento formal escrito a ser entregue na guarita, dando ciência os demais vigilantes do posto, e excepcionalmente a autorização se dará por ligação telefônica ao ramal fixo e/ou telefone celular pertencente à guarita de serviço.
5. Retirar do interior da unidade Administrativa na qual os serviços serão prestados, quais sejam no prédio, pátio, estacionamento, bem como outras áreas não discriminadas constantes na área interna do local em que os serviços serão prestados, pessoas não autorizadas;
6. Manter rigoroso controle sobre os veículos oficiais e particulares que estiverem estacionados na dependência da unidade prestadora do serviço.
 - 6.1 Quando se verificar quaisquer anormalidades com veículos estacionados nas dependências da unidade prestadora do serviço, comunicando-as imediatamente ao seu Supervisor e quando for período de expediente da Administração comunicar, além do Supervisor, ao servidor designado para cada unidade assim como o Gestor do Contrato;
7. Atentar para quaisquer atitudes suspeitas na saída de pessoas em veículos ou a pé;
8. Informar, imediatamente ao seu Supervisor e quando for período de expediente da Administração comunicar, além do Supervisor, ao servidor designado para cada unidade assim como o Gestor do Contrato, sobre quaisquer anormalidades durante o turno do serviço;
9. Manter a guarda do posto;

10. Revezar e apoiar outros postos, assumindo os encargos pertinentes em cada posto;
11. Efetuar vistoria em todo o ambiente do posto quando da troca de turno, acompanhado de seu substituto, comunicando-lhe todas as ocorrências, que deverão estar registradas em livro próprio de forma legível e de fácil leitura, bem como, entregando-lhe todo o material, equipamentos e as chaves, sob sua guarda;
12. Ocorrendo desaparecimento de material, equipamento, de todo e qualquer tipo de bem e patrimônio, comunicar o fato imediatamente ao seu Supervisor e quando for período de expediente da Administração comunicar, além do Supervisor, ao servidor designado para cada unidade assim como o Gestor do Contrato, posteriormente lavrando Termo de ocorrência por escrito;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

11.1 Constituem obrigações da CONTRATANTE, as previstas no Temo de Referência e Edital, além das contidas na Lei nº 8.666/93.

11.2 Cabe à CONTRATANTE:

1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive permitir o livre acesso dos profissionais da CONTRATADA às dependências dos prédios para os quais foram contratados os serviços, respeitadas as normas de segurança estabelecidas pela CONTRATANTE e em diplomas legais específicos;
2. Fornecer as orientações, dados e informações técnicas de sua responsabilidade, necessárias à prestação dos serviços contratados, e prestar quaisquer esclarecimentos adicionais relevantes ao cumprimento adequado do Contrato;
3. Designar, em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei de Licitações e Contratos, um representante ou comissão responsável pela fiscalização e acompanhamento dos serviços, o qual deverá acompanhar e fiscalizar a perfeita

execução do contrato, registrando todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas, faltas ou impropriedades observadas sem prejuízo da total responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE ou para com terceiros, além de proceder o atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias;

4. Acompanhar o sistema de controle utilizado pela CONTRATADA, no qual deverão ser registradas todas as ocorrências e observações, devendo ser assinado por profissional da CONTRATADA e por servidor designado pela CONTRATANTE;
5. Efetuar o pagamento das faturas nos prazos e condições estabelecidos neste Contrato;
6. Solicitar ao preposto, sempre que necessário, a adoção de medidas efetivas de correção ou adequação dos serviços prestados pela CONTRATADA;
7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela CONTRATADA;
8. Indicar as áreas onde os serviços serão executados;
9. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as respectivas especificações;
10. Solicitar a substituição do empregado da CONTRATADA que não estiver desempenhando suas atividades a contento, de acordo com o estabelecido neste Contrato;
11. Suspender o pagamento da nota fiscal/fatura sempre que houver obrigação contratual pendente por parte da CONTRATADA, até a completa regularização;
12. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no curso do fornecimento da prestação do serviço, determinando o que for necessário à sua regularização;
13. Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

12.1 Cabe à CONTRATADA o cumprimento das seguintes obrigações:

1. Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
2. Disponibilizar a mão de obra na categoria profissional de Vigilante com escolaridade de Ensino médio completo, Curso de Formação de Vigilante, facilidade de comunicação, autodomínio e iniciativa, como também comprovar a formação técnica específica da mão de obra oferecida, através de Certificado de Curso de Formação/Reciclagem de Vigilantes, expedidos por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas;
3. A CONTRATADA deverá instalar no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do Contrato, caso não haja, **base operacional** na região metropolitana da CONTRATANTE com capacidade para receber e solucionar qualquer **demandas contratuais**, como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos empregados, bem como possibilitar o cumprimento da obrigação elencada no item 46 (alarme - botão de pânico silencioso);
4. Apresentar à CONTRATANTE a relação nominal dos empregados em atividade, bem como a comprovação do vínculo empregatício, comunicando qualquer alteração;
5. Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências das unidades desta Pasta de funcionários não inclusos na relação.
6. Selecionar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando pessoas portadoras de atestados de boa conduta e demais referências;
7. Fornecer aos vigilantes, no início do contrato e após, a cada 06 (seis) meses, uniformes e seus complementos à mão de obra envolvida.
8. Providenciar que seus contratados estejam uniformizados e portem crachá de identificação quando da prestação dos serviços à CONTRATANTE;
9. Substituir os uniformes que apresentarem defeitos ou desgastes, independente do prazo mínimo estabelecido, sem qualquer custo adicional para

a CONTRATANTE ou para os empregados. A CONTRATADA não poderá repassar os custos de qualquer um destes itens de uniforme e equipamentos a seus empregados;

10. Enviar as armas periodicamente ao armeiro para vistoriar, consertar ou indicar necessidade de substituição das armas utilizadas nos postos de serviços.
11. Facilitar à CONTRATANTE, conforme o caso, a supervisão dos serviços pactuados, bem como a verificação de materiais e equipamentos destinados a sua execução;
12. Obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à execução dos serviços contratados, pagando os emolumentos prescritos em lei;
13. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Contrato devendo orientar seus empregados nesse sentido;
14. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, quando verificar condições inadequadas para a prestação dos serviços, bem como a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução deste Contrato;
15. Responsabilizar-se por todos os encargos e ônus referentes a seus empregados, tais como: salários, adicionais, encargos sociais, acidentes, vales-transportes, vales-refeições, transporte (pessoal, equipamentos, ferramentas, materiais de consumo), encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, de ordem de classe, indenizações, impostos e demais obrigações trabalhistas e decorrentes de dissídio coletivo da categoria, e quaisquer outros que existam ou venham a ser criados e exigidos pela Administração Pública, que forem devidos aos seus empregados ou prepostos, inclusive aqueles vinculados às empresas subcontratadas, ficando ainda a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com eles.

15.1 Não haverá qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração em relação às obrigações assumidas pela CONTRATADA.

16. Coordenar e supervisionar a qualidade dos serviços prestados pelos profissionais alocados no local de prestação do serviço determinado pela CONTRATANTE;
17. Cumprir as normas e regulamentos internos da CONTRATANTE;
18. Não permitir que seus funcionários executem quaisquer outras atividades durante o horário em que estiver prestando o serviço;
19. Submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE que, por intermédio do gestor do Contrato, acompanhará a execução dos serviços, orientando, fiscalizando e intervindo no seu exclusivo interesse, a fim de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas, comunicando à CONTRATANTE quaisquer irregularidades detectadas durante a execução dos serviços;
20. Manter obediência ao horário de trabalho estabelecido pela CONTRATANTE, em conformidade com as leis trabalhistas;
21. Substituir empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da CONTRATANTE ou ao interesse do serviço público;
22. Independentemente de qualquer superveniência, manter a quantidade de pessoal, conforme disposição contratual firmada, solucionando, imediatamente, os problemas de faltas, atrasos, dispensas médicas e outros, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);
23. Providenciar a substituição dos empregados, por motivo de falta, férias, licença ou demissão, de forma a evitar a interrupção dos serviços obedecida às disposições da legislação trabalhista vigente;
24. Encaminhar à CONTRATANTE, com antecedência de 30 (trinta) dias relações de empregados que fruirão férias no período subsequente, assim como, daqueles que irão substituí-los;
25. Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências onde estão localizadas os pontos de serviços da CONTRATANTE, e vice-versa, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações nas quais se faça necessária a execução de serviços em regime extraordinário;

26. Dar ciência a todos seus funcionários de todas as obrigações da CONTRATADA perante a CONTRATANTE no que diz respeito à execução dos serviços;
27. Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
28. Responsabilizar-se pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do Contrato;
29. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela CONTRATANTE;
30. Manter, durante a execução do Contrato, estrutura com pessoal e equipamentos necessários à execução do Contrato. O descumprimento dessa obrigação caracterizará o inadimplemento do Contrato, sujeitando-se a CONTRATADA à sanção prevista no art. 7.º da Lei n.º 10.520/2002;
31. Fornecer aos seus funcionários até o último dia do mês que antecede ao mês de sua competência, os vales-transportes e alimentação, de acordo com o horário de trabalho e qualquer outro benefício que se torne necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades.
32. Conceder aos seus empregados, no mínimo, os benefícios previstos na legislação trabalhista, como também, Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo;
33. Efetuar o pagamento dos salários aos profissionais envolvidos nos serviços, até o 5º dia útil do mês subsequente, via depósito bancário na conta do empregado, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração;
34. Ressalte-se que é vedada à CONTRATADA a vinculação da efetivação do pagamento mensal dos salários dos profissionais ao recebimento mensal do valor afeto ao contrato celebrado com a CONTRATANTE.
35. Apresentar no início de cada exercício, ao Fiscal do Contrato, a relação anual de férias dos profissionais envolvidos nos serviços;

36. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE e/ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus empregados, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
37. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência dos seus empregados.
38. Fazer seguro de vida em grupo de seus vigilantes, conforme inciso IV do artigo 19 da Lei 7.102/83 com apresentação da apólice à CONTRATADA quando sua contratação e renovação.
39. Entregar mensalmente a CONTRATANTE a escala de trabalho dos empregados;
40. Responsabilizar-se pela realização dos exames admissionais e periódicos anuais dos empregados;
41. Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecida em dependência da CONTRATANTE;
42. Apresentar à CONTRATANTE a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos "Registro de Arma" e "Porte de Arma", que serão utilizadas pela mão de obra nos Postos de Vigilância;
43. Fornecer as armas, munição e respectivos acessórios ao vigilante no momento da implantação dos Postos;
44. Oferecer munição de procedência de fabricante autorizado legalmente, não sendo permitido em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas;
45. O Supervisor da CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, inspecionar os Postos no mínimo 02 (duas) vez por semana, em dias e períodos alternados (diurno e noturno), ocasião na qual encaminharão ao Fiscal do Contrato o relatório da inspeção;
46. Disponibilizar, para utilização por parte dos vigilantes de plantão, instrumento de alarme (botão de pânico silencioso), que permitirá ao vigilante, quando colocado em situação de risco, acionar dispositivo existente na sede da

empresa para que essa possa enviar o reforço necessário para a ocasião, sem que sua utilização acarrete qualquer ônus extra para a CONTRATANTE;

47. Enviar o reforço mencionado no item anterior, sempre que acionado por meio do sistema correspondente (botão de pânico silencioso);
48. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE e/ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus empregados, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
49. Assumir total responsabilidade pela guarda do armamento nos períodos em que o mesmo não esteja sendo utilizado, na forma da legislação vigente.
50. Disponibilizar telefone celular para cada posto de vigilância, no qual deverá informar para Administração o número do aparelho de cada posto.
51. Fica proibido o uso de telefone celular e outros recursos eletrônicos, tais como nextel, smartphone, tablet, iPad dentre outros, para fins particulares, nos postos de serviços e na jornada de trabalho.
52. Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor. É dever de a CONTRATADA saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
53. Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
54. Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
55. Encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.
56. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA.

13.1 Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a CONTRATADA deverá:

13.1.1 Entregar mensalmente ao setor responsável pela fiscalização do contrato:

1. Nota Fiscal;
2. Certidão Negativa de Débito da Previdência Social – CND;
3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
4. Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal de seu domicílio e do local de prestação dos serviços;
5. Certidão de Regularidade do FGTS; e
6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
7. Extratos de Informações Previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço – FGTS de seus empregados, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade trabalhista e fiscal da CONTRATADA;
8. Cópia da folha nominal de pagamento analítico do mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a SEMDIT; cópia do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) do mês da prestação dos serviços e ainda os respectivos comprovantes de depósitos bancários;
9. O comprovante nominal, de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, etc.), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos ao mês da prestação dos serviços;

13.1.2 Entregar no prazo de até 15 (quinze) dias, após solicitação do fiscal do contrato:

1. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social dos empregados admitidos e demitidos durante a vigência contratual, documentação admissional e rescisória completa, bem como recibos de pagamento dos empregados demitidos no período;
2. Outros documentos que comprovem a regularidade trabalhista e fiscal da CONTRATADA.

13.1.3 Entregar prazo de até 15 (quinze) dias do primeiro mês da prestação dos serviços, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas de originais dos seguintes documentos:

1. Carteira de Trabalho e Previdência Social dos empregados admitidos pela execução dos serviços, devidamente assinada, e exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA.

13.1.4 Entregar prazo de até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:

1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido.

13.2 As inconsistências ou dúvidas, verificadas na documentação entregue, terão o prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento da diligência pela CONTRATADA, para serem formal e documentalmente esclarecidas.

13.3 O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e

previdenciárias implicarão rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

14.1 O acompanhamento, a execução e a fiscalização do objeto contratual serão exercidos por meio de dois representantes (denominado Gestor Principal e Secundário), designados pela CONTRATANTE, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das: faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à CONTRATADA, conforme determina o art. 67, da Lei nº 8.666/1993, e suas alterações.

14.1.1 Conforme Portaria o servidor público designado para ser o Gestor Principal Hélio Silva Viera, portador do CPF sob nº 770.269.851-91 e como Gestor Secundário Manoel Ézio de Souza, portador do CPF sob nº 050.015.011-72, ambos lotados na Gerência de Licitações, Suprimentos, Contratos e Convênios.

14.2 Os Gestores da Administração não permitirá que os empregados da CONTRATADA executem tarefas em desacordo com as preestabelecidas.

14.3 Os equipamentos, ferramentas e materiais utilizados, bem como a prestação do serviço contratado, deverão estar rigorosamente dentro das normas vigentes e das especificações estabelecidas pelos órgãos competentes e pela CONTRATANTE, sendo que a inobservância desta condição implicará a recusa do mesmo, bem como o seu devido refazimento e/ou adequação/substituição, sem que caiba à CONTRATADA qualquer tipo de reclamação ou indenização.

14.4 A CONTRATADA deverá indicar um preposto para, se aceito pela CONTRATANTE, representá-la na execução do Contrato;

14.5 Cabe à CONTRATADA atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências dos Gestores inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, que é total e irrestrita em relação ao serviço contratado, inclusive perante

terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do Contrato;

14.6 Os esclarecimentos solicitados pelos Gestores deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

14.7 Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente pelos Gestores designados.

14.8 A atividade de fiscalização não resultará, tampouco, e em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes.

14.9 As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos Gestores do Contrato serão submetidas à apreciação da autoridade competente da CONTRATANTE, para adoção das medidas cabíveis, consoante disposto no art. 67, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

14.10 O fiscal deverá exigir que a empresa CONTRATADA entregue cópia do seguinte rol de documentos no início da vigência contratual e quando da incorporação de um prestador a equipe residente de trabalho.

1. Carteira de trabalho contendo as informações de identificação do prestador de serviço, bem como o registro do vínculo empregatício.
2. Comprovante de formação mínima exigida para o posto de trabalho a ser ocupado.
3. Comprovante de experiência mínima exigida para o posto de trabalho a ser ocupado.
4. Comprovante de inscrição no PIS/PASEP.
5. Certificado válido de realização de curso para os postos que exigirem.
6. Comprovante de recebimento de entrega de uniformes.
7. Comprovante de exame admissional.
8. Comprovante de recebimento de crachá de identificação.
9. CPF.

10. Dados bancários da conta onde o prestador receberá o salário e demais benefícios.
11. Declaração da opção pelo não recebimento de auxílio transporte, quando for o caso.

14.11 O fiscal deverá exigir que a empresa entregue cópia do seguinte rol de documentos no término da vigência contratual e quando da desvinculação de um prestador da equipe residente de trabalho.

1. Termo de Rescisão de contrato de trabalho homologado junto a Superintendência Regional do Trabalho e Sindicato.
2. Comprovantes de pagamento das verbas rescisórias, constantes do Termo de Rescisão.
3. Carteira de trabalho contendo as informações relativas a rescisão do contrato de trabalho.
4. Comprovante de aviso prévio, quando for o caso, ou do pedido de demissão.
5. Convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa aplicável.
6. Extrato para fins rescisórios da conta vinculada do empregado no FGTS, devidamente atualizado, e guias de recolhimento das competências indicadas no extrato como não localizado na conta vinculada.
7. Extrato para fins rescisórios das contribuições relativas ao INSS, devidamente atualizadas, e guias de recolhimento das competências indicadas no extrato como não localizado.
8. Guia de recolhimento rescisório do FGTS - GRRF, nas hipóteses do art. 18 da Lei 8.036/90, e do art. 1º da Lei Complementar 110/2001.
9. Comprovante de exame demissional.
10. Demonstrativo de parcelas variáveis consideradas para fins de cálculo dos valores devidos na rescisão contratual.

14.12 O rol de documentos a que se referem os dois itens anteriores poderá ser encaminhado à Fiscalização em formato digital e deverá estar obrigatoriamente individualizado por prestador de serviço.

14.13 A Administração deverá analisar a documentação solicitada no término da vigência contratual e quando da desvinculação de um prestador da equipe residente de trabalho no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

14.14 À fiscalização compete verificação da presteza no atendimento, da utilização de equipamentos e materiais adequados, observância das especificações pactuadas, utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados.

14.15 O Contratante poderá recusar quaisquer materiais quando entender que os mesmos, ou que os componentes empregados não sejam os especificados, ou quando entender que o serviço esteja irregular.

14.16 À fiscalização fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes do presente documento, da proposta da empresa e das cláusulas do futuro contrato.

14.17 A fiscalização poderá solicitar, justificadamente, a substituição de qualquer empregado da empresa que comprometa a perfeita execução dos serviços, que crie obstáculos à fiscalização, que não corresponda às técnicas ou às exigências disciplinares do Órgão, ou aquele cujo comportamento ou capacidade técnica a fiscalização julgue impróprio para a execução dos serviços.

14.18 Em nenhuma hipótese será permitido que os empregados da empresa Contratada não esteja utilizando os Equipamentos de Proteção Individual - (EPIs) - necessários para o desempenho das atividades contratadas. A Contratada deverá observar adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança, prevenção de acidentes e incêndios no desempenho de cada etapa das funções específicas.

14.19 A Fiscalização deverá realizar, dentre outras, as seguintes atividades que delimitam as suas obrigações e estabelecem as suas prerrogativas:

1. Manter um arquivo completo e atualizado de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo o Contrato e seus anexos, planos, fichas, correspondências, relatórios relacionados à prestação dos serviços;
2. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA no que diz respeito à adequada e integral prestação dos serviços e ao pleno atendimento às normas de fiscalização,

segurança e de saúde do trabalho relacionadas neste Contrato e nos dispositivos legais pertinentes;

3. Solicitar acréscimos ou supressões ao Contrato quando necessários;
4. Solicitar prorrogação da vigência e/ou reajuste de valores ao Contrato quando necessários
5. Solicitar, a qualquer tempo, a adoção de providências que julgue necessárias à perfeita ação da Fiscalização e ao respeito e cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho e à fiel execução do Contrato;
6. Fiscalizar a execução do presente Contrato, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições constantes de suas cláusulas;
7. Determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos verificados;
8. Atestar as notas fiscais/faturas;
9. Acompanhar o prazo de início e término da execução do Contrato.

14.20 A Fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da empresa CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

16.1 O pagamento será efetuado mensalmente à CONTRATADA, até o 30º (trigésimo) dia útil, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, compreendida nesse período a fase de ateste da mesma - a qual conterá o endereço, o CNPJ, o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da empresa, a descrição clara do objeto do contrato - em moeda corrente nacional, por intermédio de Ordem Bancária e de acordo com as condições constantes na proposta da empresa e aceitas pela CONTRATANTE.

16.2 O pagamento será feito de acordo com a Lei Estadual Nº 18.364 de 10 de janeiro de 2014.

16.3 Ressalte-se que é vedada à CONTRATADA a vinculação da efetivação do pagamento mensal dos salários dos profissionais ao recebimento mensal do valor pertinente ao contrato celebrado.

16.4 A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, a Nota Fiscal/Fatura, a fim de que sejam adotadas as medidas afetas ao pagamento.

16.5 Juntamente com a Nota Fiscal/Fatura a CONTRATADA deverá **encaminhar os documentos exigidos no subitem 13.1.1 da Cláusula Décima Terceira deste Contrato.**

16.6 A Nota Fiscal/Fatura correspondente será examinada diretamente pelos Gestores designados pela CONTRATANTE, o qual somente atestará a prestação dos serviços contratados e liberará a referida Nota Fiscal/Fatura para **pagamento quando a CONTRATADA comprovar o correto e tempestivo adimplemento de todas as verbas trabalhistas, obrigações sociais, previdenciárias e demais encargos, devendo ser apresentada toda documentação comprobatória de quitação do mês imediatamente anterior referente: ao salário, contribuição previdenciária, depósitos do FGTS, vale transporte, benefícios sociais previstos e demais obrigações assumidas.**

16.7 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo Gestor à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

16.8 À CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES

16.1 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, não

honrar o conteúdo da proposta ofertada, falhar ou fraudar na execução do contrato, comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração e será descredenciado junto ao CADFOR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas nos itens seguintes e das cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

16.2 As sanções previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, facultada ampla defesa à CONTRATADA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

16.3 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a contratada, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;
- 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;
- 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

16.4 A suspensão de participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administração deverão ser graduados pelos seguintes prazos:

16.4.1 6 (seis) meses, nos casos de:

- a) aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;
- b) alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria fornecida;

16.4.2 12 (doze) meses, no caso de retardamento imotivado da execução de obra, de serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens;

16.4.3 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de;

- a) entregar como verdadeira mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;
- b) paralisação de serviço, de obra ou de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;
- c) praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação no âmbito da administração estadual;
- d) sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

16.5 As penalidades serão obrigatoriamente registradas junto ao CADFOR.

16.6 A falha na execução do contrato, estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos 01 (uma) das situações previstas na tabela 03, respeitada a graduação de infrações conforme tabela 01 deste item.

TABELA 01

GRAU DA INFRAÇÃO	QUANTIDADE DE INFRAÇÕES COMETIDAS DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
01	07 ou mais
02	06 ou mais
03	05 ou mais

04	04 ou mais
05	03 ou mais
06	02 ou mais

16.7 Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA 02

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	R\$ 50,00
02	R\$ 150,00
03	R\$ 300,00
04	R\$ 500,00
05	R\$ 800,00
06	R\$ 1.000,00

TABELA 03

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
01	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá;	01	Por empregado e por ocorrência
02	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços;	05	Por empregado e por dia
03	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar;	04	Por ocorrência
04	Fornecer informação pérvida de serviço ou substituição de material;	02	Por ocorrência
05	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou	06	Por dia e por

	caso fortuito, os serviços contratuais;		tarefa designada
06	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes;	04	Por ocorrência
07	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato;	05	Por ocorrência
08	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado;	05	Por ocorrência
09	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais;	06	Por ocorrência
10	Retirar da SEMDIT quaisquer equipamentos ou materiais de consumo, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável;	01	Por item e por ocorrência
11	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	04	Por empregado e por dia

16.8 A sanção de multa poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente com a de impedimento de licitar e contratar estabelecida nesta cláusula.

16.9 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA.

16.20 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

16.21 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

16.22 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/1993, inclusive a responsabilização da CONTRATADA por eventuais perdas e danos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RECISÃO

17.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos Artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

17.2 No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

17.3 A rescisão deste contrato poderá ser:

1. Determinado por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto ao inciso XVII;
2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
3. Judicial, nos termos da legislação.

17.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de Autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

17.5 No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.


CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas nas Varas da Fazenda Pública do Estado de Goiás, de acordo com o estabelecido pelo art. 30 da Lei de Organização Judiciária do Estado de Goiás (Lei 9.129/81), competência exclusiva sobre qualquer controvérsia resultante da mesma.

18.2 E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes da parte, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA IGUALDADE RACIAL, DOS DIREITOS HUMANOS E DO TRABALHO - SEMDIT, em Goiânia, aos 21 dias do mês de NOVEMBRO de 2017.

Pela **CONTRATANTE**:


DANIEL WALNER SANTANA DUARTE
Procurador-Chefe
Daniel Walner Santana Duarte
Procurador do Estado
Chefe da Advocacia Setorial


LÊDA BORGES DE MOURA
Secretária
CONTRATANTE


FERNANDO DE FREITAS JÚNIOR
Sócio – Administrador
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____
Nome:
RG:
CPF:

2) _____
Nome:
RG:
CPF: